

Ao BANCO CENTRAL DO BRASIL

CARTA DE APRESENTAÇÃO

A **Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A** inscrita no CNPJ sob nº 35.479.592/0001-50 com sede na Rua Voluntários da Pátria, 3303 andar 3, bairro Floresta, cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, veem por meio desta apresentar as Demonstrações Financeiras referente ao exercício 2025, cumprindo desta forma os regulamentos e procedimentos determinados pela BCB nº 02/2020. Os demonstrativos compreendidos são:

1. Documentos:

- a) Relatório da Administração;
- b) Relatório de Auditoria.

2. Relação das Demonstrações Financeiras:

- a) Balanço Patrimonial;
- b) Demonstração do Resultado;
- c) Demonstração do Resultado Abrangente;
- d) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- e) Demonstração do Fluxo de Caixa;
- f) Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras.

As referidas Demonstrações Financeiras e documentos acima citados estarão disponível em nosso endereço eletrônico: www.dufriofinanceira.com.br a partir de 27 de março de 2026.

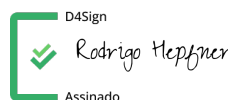
Declaramos que o conteúdo dos documentos relacionados é a representação fiel da situação patrimonial desta Instituição na data base mencionada e que somos totalmente responsáveis quanto ao conteúdo dos documentos contidos no arquivo enviado.

daqoberto.zanon@dufrio.com.br



Dagoberto Artemio Zanon
Diretor Presidente

rodriqo.hepfner@dufrio.com.br



Rodrigo Hepfner
Contador – CRC/RS 101671/O

Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A

CNPJ: 35.479.592/0001-50

Rua Voluntários da Pátria, 3303 andar 3

Floresta | Porto Alegre

CEP: 90.230-011

Ouvidoria 0800 602 1660

Demonstrações Financeiras

**Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e
Investimentos S.A.**

**31 de dezembro de 2025 e 2024
com Relatório do Auditor Independente**



Índice

Relatório da Administração	4
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras.....	5
Balanço Patrimonial.....	9
Demonstração do Resultado	10
Demonstração do Resultado Abrangente	11
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	12
Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto	13
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	14

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborados conforme as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

No semestre encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou prejuízo de R\$ 2,688 milhão. O principal impacto decorre da constituição de provisão para devedores duvidosos, que reduziu o resultado em R\$ 1,888 milhão, especialmente nas carteiras de Crédito Pessoal e CDC Pessoa Jurídica, que concentraram as maiores perdas no período.

Em relação ao pleito submetido ao Banco Central do Brasil para avaliação da operação de venda da Companhia ao Grupo Eagle, informamos que o processo não foi aprovado, impossibilitando assim a conclusão da transferência societária prevista no contrato firmado entre as partes.

Diante disso a administração encontra-se em processo de reavaliação estratégica, priorizando a manutenção da conformidade regulatória.

A Administração.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2025.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos diretores e acionistas da **DUFRIO FINANCEIRA, CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS S.A.**

Opinião

Examinamos as Demonstrações Financeiras da **Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A. ("Financeira")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras". Somos independentes em relação à Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Continuidade operacional

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, durante o primeiro semestre de 2024 foi iniciado o processo de venda do controle acionário da Dufrio Financeira, com a formalização do contrato de compra e venda das ações em 13 de junho de 2024. No entanto, em 17 de novembro de 2025, a Dufrio Financeira foi notificada pelo Banco Central do Brasil de que a operação não foi aprovada, impossibilitando a conclusão da transferência societária prevista no referido contrato. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto, considerando que a Administração está conduzindo avaliação estratégica e mantém o compromisso com a continuidade operacional e a conformidade regulatória.

Valores comparativos relativos aos períodos anteriores

Chamamos a atenção também para a nota explicativa nº 2 das demonstrações contábeis que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação nas demonstrações contábeis referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (Bacen). Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Financeira é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as Demonstrações Financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das Demonstrações Financeiras como um todo, e na formação de nossa opinião sobre as Demonstrações Financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de risco de distorções significativas nas Demonstrações Financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar dos assuntos abaixo, fornecem a base para a nossa opinião de auditoria sobre as Demonstrações Financeiras da Financeira.

Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado na nota explicativa nº 5 às Demonstrações Financeiras, em 31 de dezembro de 2025, o saldo bruto de operações de crédito é de R\$ 4.623 (quatro milhões seiscentos e vinte e três mil reais), para o qual foram constituídas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ 1.888 (um milhão oitocentos e oitenta e oito mil reais), sendo que durante o período foram reconhecidas receitas com operações de crédito no montante de R\$ 2.762 (dois milhões setecentos e sessenta e dois mil reais). A Administração exerce julgamento para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com o determinado pela Resolução nº 352/23 do Banco Central do Brasil (BACEN).

Consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) das garantias recebidas para as operações de crédito concedidas, que podem impactar o nível de provisionamento a ser considerado; (iii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iv) Do julgamento da Administração quanto à aplicação dos critérios estabelecidos nos modelos internos de avaliação de risco de crédito, utilizados para a mensuração da perda esperada e definição do nível de provisão mínima, considerando as características das operações, do tomador de crédito ou do grupo econômico; e (v) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito.

Como nossa auditoria conduziu o assunto:

Nossos procedimentos de auditoria abordaram entre outros, o entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) Aplicação dos critérios de avaliação de risco de crédito, com base em informações

quantitativas e qualitativas disponíveis, por operação, tomador de crédito ou grupo econômico, conforme diretrizes dos modelos internos utilizados para a mensuração da perda esperada; (iv) análise de garantias recebidas; (v) atualização tempestiva de informações dos tomadores de crédito; (vi) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal e (vii) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 90 dias.

Nossos testes do desenho e da operação dos controles forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria, os quais foram realizados sobre uma amostra de operações de crédito onde efetuamos (i) a análise da documentação que consubstancia a avaliação qualitativa da Financeira na determinação do risco de crédito para os itens selecionados, (ii) o recálculo do saldo devedor em aberto e da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos critérios de avaliação de risco de crédito e (iii) a confirmação de saldo diretamente com os tomadores de crédito selecionados.

Adicionalmente, procedemos testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, com base nos critérios de avaliação de risco adotados nos modelos internos da Financeira, bem como avaliamos os critérios prudenciais estabelecidos pela Administração para constituição de provisão de perda esperada adicional à mínima requerida, conforme previsto na Resolução nº 4.966/2021 do CMN.

Responsabilidades da administração e da governança pelas Demonstrações Financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações Financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Financeira são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso pela administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Financeiras ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

LUCIANA
TODERO
PERIN:613585760
68

Assinado de forma digital
por LUCIANA TODERO
PERIN:61358576068
Dados: 2026.03.27
15:28:35 -03'00'

Erechim - RS, 27 de março de 2026.

Allianssa Auditores Associados S.S. Ltda.
CRC RS 004627/O / CVM BCB 11.134
Luciana Todero Perin
CRC RS 068404/O-9

Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

Balanço patrimonial

Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Disponibilidade	3	170	30
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	3.792	5.194
Operações de crédito	5	2.735	4.132
Operações de crédito		4.623	4.562
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(1.888)	(430)
Outros ativos		7	15
Imobilizado		-	2
Intangível	6	134	165
Total ativo		6.838	9.538
Passivo			
Circulante			
Fiscais e previdenciárias	7	35	40
Obrigações sociais e trabalhistas	8	93	88
Outros passivos	9	230	111
Partes relacionadas	10	6	6
Total passivo circulante		364	245
Patrimônio líquido	11		
Capital social		30.000	30.000
Prejuízos acumulados		(23.526)	(20.707)
Total do patrimônio líquido		6.474	9.293
Total passivo		6.838	9.538

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

Demonstração do resultado do exercício

Semestre findo em 31 de dezembro de 2025

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2º Sem 2025	31/12/2025	31/12/2024
Receita da intermediação financeira	12	1.535	3.142	3.404
Receita operações de crédito		1.337	2.762	2.960
Resultado com operações títulos e valores mobiliários		198	380	444
Despesas da intermediação financeira		(834)	(1.328)	(3.182)
Operações de captação no mercado	12	-	-	(467)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(834)	(1.328)	(2.715)
Resultado bruta de intermediação financeira		701	1.814	222
Outras receitas (despesas) operacionais		(2.301)	(4.502)	(4.147)
Despesas administrativas	14	(1.472)	(3.052)	(3.045)
Despesas com pessoal	13	(434)	(867)	(892)
Despesas tributárias	15	(71)	(161)	(137)
Outras receitas (despesas) operacionais	16	(324)	(422)	(73)
Resultado operacional		(1.600)	(2.688)	(3.925)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(1.600)	(2.688)	(3.925)
Corrente		-	-	-
Prejuízo líquido		(1.600)	(2.688)	(3.925)
Quantidade de ações no final do exercício		35.000	35.000	35.000
Resultado por ação básico e diluído		(0,0457)	(0,0768)	(0,1121)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Semestre findo em 31 de dezembro de 2025

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2º Sem 2025	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo líquido	(1.600)	(2.688)	(3.925)
Implementação da resolução CMN nº 4.966	-	(131)	-
Total dos resultados abrangentes	(1.600)	(2.819)	(3.925)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 31 de dezembro de 2025

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldo em 31/12/2023	30.000	(16.782)	-	13.218
Prejuízo do exercício	-	(3.925)	-	(3.925)
Saldo em 31/12/2024	30.000	(20.707)	-	9.293
Implementação da resolução CMN n° 4.966	-	-	(131)	(131)
Prejuízo do período	-	(2.688)	-	(2.688)
Reserva de lucros (prejuízos)	-	(131)	131	-
Saldo em 31/12/2025	30.000	(23.526)	-	6.474
Saldo em 30/06/2025	30.000	(21.926)	-	8.074
Prejuízo do período	-	(1.600)	-	(1.600)
Saldo em 31/12/2025	30.000	(23.526)	-	6.474

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto

Semestre findo em 31 de dezembro de 2025

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2º Sem 2025	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo líquido do exercício	(1.600)	(2.688)	(3.925)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado nas atividades operacionais			
Ajuste implementação da resolução CMN nº 4.966	-	(131)	-
Depreciação e amortização	29	71	93
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	834	1.328	2.715
Custo residual do ativo imobilizado baixado	-	-	12
(Aumento) Redução em ativos operacionais			
Operações de crédito	1.801	70	13.477
Partes relacionadas	-	-	24
Outros ativos	4	8	133
Aumento (Redução) em passivos operacionais			
Depósitos a prazo	-	-	(11.286)
Fiscais e previdenciárias	(7)	(5)	(52)
Obrigações sociais e trabalhistas	(20)	5	20
Partes relacionadas	-	-	(103)
Outros passivos	175	118	31
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	1.216	(1.224)	1.139
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de ativos intangíveis	-	(38)	-
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento	-	(38)	-
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	-	-	-
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	1.216	(1.262)	1.139
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.746	5.224	4.085
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.962	3.962	5.224
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	1.216	(1.262)	1.139

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A. (“Dufrio Financeira” ou “Financeira”), com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Voluntários da Pátria, 3303, andar 3, Bairro Floresta, CEP 90.230-011, foi constituída em 07 de agosto de 2019 e está autorizada a funcionar como uma financeira por meio de despacho do Banco Central datado de 24 de junho de 2020, publicado no Diário Oficial da União em 29 de junho de 2020.

No exercício de 2024, foi iniciado o processo de venda da Dufrio Financeira, com a assinatura do contrato de compra e venda junto ao Grupo Eagle em 13 de junho de 2024. Em 17 de novembro de 2025, a Financeira foi notificada pelo Banco Central do Brasil de que a operação não foi aprovada, inviabilizando a conclusão da transferência societária prevista no referido contrato. Diante desse cenário, a Administração encontra-se em processo de avaliação estratégica, com foco na manutenção da conformidade regulatória.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e principais políticas contábeis

2.1. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras da Dufrio Financeira foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). O Banco Central através da Resolução CMN nº 4.818/2020, regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras e através da Resolução BCB nº 2/2020 estabeleceu as diretrizes que passaram ser aplicadas a partir de 01/01/2021.

Na elaboração das Demonstrações Financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais operações e avaliações significativamente impactadas por estimativas são: provisões de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para passivos cíveis e tributários, valor justo dos instrumentos financeiros, impostos diferidos e vida útil do ativo imobilizado e intangível.

2.2. Principais critério contábeis adotados

a) Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

A classificação dos ativos financeiros em cada uma das categorias de mensuração depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais.

Para determinar o modelo de negócios, a Dufrio Financeira avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo: (i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros; (ii) pela venda, ou por (iii) ambos.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao “Valor justo por meio do resultado”.

Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos financeiros da Dufrio Financeira são classificados nas seguintes categorias:

- Custo amortização (CA): quando os fluxos de caixa contratuais possuem características de “somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal” e o objetivo do modelo de negócios é coletar os respectivos fluxos de caixa contratuais.
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os fluxos de caixa contratuais possuem característica de “somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal” e o objetivo do modelo de negócios é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios.
- Valor justo por meio de resultado (JVR): ativos que não atendam aos critérios de classificação das categorias anteriores. Estão relacionados, de forma geral, aos ativos financeiros cujos fluxos de caixa contratuais não possuem características de “somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal” ou quando o modelo de negócios possui o objetivo de realizar fluxos de caixa por meio da venda dos ativos.

Na posição de 31 de dezembro de 2025, a totalidade da carteira de crédito da Dufrio Financeira estava classificada na categoria de Custo Amortizado.

b) Método da taxa efetiva de juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro. O cálculo inclui os custos de transação identificados como elegíveis pela Dufrio Financeira (tarifas cobradas dos clientes relacionado a originação das operações de crédito).

Entende-se como custos da transação elegíveis os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

c) Reconhecimento de receita e cessão do reconhecimento de juros (*stop accrual*)

A receita de juros é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva, que considera os fluxos de caixa futuros estimadas descontados à taxa que iguala o valor presente ao valor contábil do ativo no reconhecimento inicial, ajustado por custos e receitas diretamente atribuíveis.

Em conformidade com as práticas regulatórias e prudenciais vigentes, o reconhecimento de receita de ativos financeiros é suspenso nos seguintes casos:

- Atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou encargos;
- Evidência objetiva de deterioração do crédito, ainda que não vencidos.

Tais ativos são classificados como problemáticos e o reconhecimento de receita é retomado somente após a regularização da situação.

Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Provisão para perdas esperadas

A Dufrio Financeira realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, para as operações de crédito. A Financeira integra o segmento prudencial “S5”, dessa forma, para fins de apuração de perdas esperadas adotou a metodologia simplificada.

Os critérios de aplicação de tal metodologia são determinados pela Resolução BCB nº 352/23, no qual são observadas as carteiras em que os ativos financeiros são enquadrados e os períodos de atraso das operações. Para fins de enquadramento em carteiras, os produtos em que a Dufrio Financeira operação são enquadradas nas carteiras (C1 a C5).

Abaixo estão descritos os principais conceitos utilizados pela Financeira para fins de apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações de crédito:

- **Ativos financeiros não problemáticos:** refere-se aos ativos não caracterizados como ativos com problema de recuperação de crédito. O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinados no anexo 2 da Resolução BCB nº 352/23.
- **Ativos financeiros inadimplidos:** trata-se dos ativos com atraso superior a noventa dias em relação ao pagamento de principal e juros. O nível de perdas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais de provisionamento determinados no anexo 1 do Resolução BCB nº 352/23.
- **Ativos financeiros problemáticos não inadimplidos:** refere-se aos ativos caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito, decorrentes de outros motivos que não seja atraso superior a 90 dias (operações arrastadas, reestruturações ou outros aspectos qualitativos). O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinados no artigo 78 da Resolução BCB nº 352/23.

e) Disponibilidades

Conforme normas vigentes do CMN inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

f) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância a Resolução BCB 4.818/20, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas.

g) Imobilizado de uso

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Financeira ou exercidos com essa finalidade, inclusive os bens decorrentes de operações que transfiram à Financeira os benefícios, riscos e controles desses bens. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada e da provisão para perdas (*impairment*), quando aplicável.

Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A depreciação dos ativos imobilizado é calculada pelo método linear, que considera a vida útil dos bens estimada em sua utilidade econômica. Em 31 de dezembro de 2025, os ativos imobilizados da Financeira encontravam-se integralmente depreciados.

h) Intangível

Corresponde à direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados às atividades da Financeira ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, revisadas anualmente pela administração da Financeira.

i) Passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos em base "pro rata" dia, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

j) Créditos tributários, impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

A provisão para imposto de renda - IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões prevista na legislação fiscal, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 no ano. A Contribuição Social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação, à alíquota de 15%.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre a base de prejuízos são revisados a cada data de balanço e constituídos sobre adições e exclusões temporárias e com base na legislação vigente à data de sua constituição. A realização destes créditos tributários ocorrerá quando da efetiva utilização e/ou realização fiscal dos valores sobre os quais foram constituídos.

A Financeira apresentou prejuízo fiscal no período, portanto nenhuma constituição de provisões para impostos correntes foi reconhecida.

k) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada período. Item significativo sujeito a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

I) Reforma tributária sobre o consumo

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, que integra a regulamentação da Emenda Constitucional nº 132/2023 e institui a Reforma Tributária sobre o Consumo. A norma criou o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), promovendo mudanças relevantes na tributação do consumo de bens e serviços no país.

Posteriormente, em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227/2026, que dispõe sobre a criação do Comitê Gestor do IBS (CGIBS) e estabelece regras para a administração, arrecadação, fiscalização e distribuição da receita do imposto. A lei também definiu as alíquotas aplicáveis ao IBS/CBS para serviços financeiros no período de transição entre 2027 e 2033, com aumento gradual, bem como a redução progressiva das alíquotas atualmente incidentes sobre serviços sujeitos ao ISS.

A implementação da nova sistemática será gradual, entre 2026 e 2033, e tem como principais objetivos a simplificação do sistema tributário, a redução dos custos de conformidade e o aumento da segurança jurídica, com efeitos positivos esperados sobre a produtividade e o ambiente de negócios no longo prazo.

No curto prazo, os impactos concentram-se principalmente no âmbito operacional e tecnológico, com a necessidade de adequações em sistemas, processos, cadastros e controles internos, inclusive em função de novos mecanismos de arrecadação, como o recolhimento automático dos tributos sobre o consumo.

A Administração acompanha a evolução da regulamentação e a publicação das normas complementares pelos órgãos competentes. Com base nas avaliações realizadas até o momento e considerando o estágio atual de implementação da Reforma Tributária sobre o Consumo, conclui-se que não há impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras, sendo os efeitos imediatos restritos, essencialmente, à adaptação operacional e tecnológica ao novo modelo tributário.

Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Disponibilidades

O saldo de disponibilidades é composto nesta data base pelos seguintes montantes:

	31/12/2025	31/12/2024
Banco conta corrente - disponibilidades	169	30
Depósitos no Banco Central do Brasil	1	-
Total	170	30

Referem-se ao dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento, na data de aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Substancialmente representadas por cotas de fundos de renda fixa registradas como carteira própria e que são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da CVM e ANBIMA. O saldo mantido em cotas de fundos de investimentos é resgatável a qualquer momento.

	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações interfinanceiras - Cotas de fundos de renda fixa	3.792	5.194
Total	3.792	5.194

5. Operações de crédito

As operações de crédito estão demonstradas contabilmente por carteira, vencimento, ramo da atividade e sua provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, de acordo com a Resolução BCB nº 352/23 e Resolução CMN 4.966/21, conforme segue:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazo de vencimento

	Vencidas	Até 3 meses	A vencer		31/12/2025 Total da carteira
			De 3 a 12 meses	Acima de 1 anos	
Empréstimos e direitos creditórios	2.445	65	1.016	144	3.670
Financiamentos	525	15	167	246	953
Total da carteira de crédito	2.970	80	1.183	390	4.623
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1.835)	(2)	(44)	(7)	(1.888)
Operações de crédito	1.135	78	1.139	383	2.735
Circulante					2.352
Não circulante					383

Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	A vencer				31/12/2024
	Vencidas	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 anos	Total da carteira
Empréstimos e direitos creditórios	858	1.895	-	-	2.753
Financiamentos	149	1.611	20	29	1.809
Total da carteira de crédito	1.007	3.506	20	29	4.562
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(376)	(54)	-	-	(430)
Operações de crédito	631	3.452	20	29	4.132
Circulante					4.103
Não circulante					29

b) Composição da carteira por setor de atividade e concentração por clientes

	31/12/2025		31/12/2024	
	Saldo	%	Saldo	%
Pessoa física	3.844	83%	1.775	39%
Pessoa jurídica	779	17%	2.787	61%
Total	4.623	100%	4.562	100%

	31/12/2025		31/12/2024	
	Saldo	%	Saldo	%
Maior Cliente	187	4%	253	6%
10 Devedores seguintes	576	12%	1.097	24%
50 Devedores seguintes	722	16%	1.510	33%
100 Devedores seguintes	764	17%	947	21%
Demais clientes	2.374	51%	755	16%
Total da carteira de crédito	4.623	100%	4.562	100%

c) Composição das operações por carteira, situação e faixa de atraso

A carteira de operações de crédito é avaliada conforme os critérios definidos na Resolução BCB nº 352/23, as operações de crédito da Dufrio Financeira são classificadas nas Carteiras C4 e C5, da seguinte forma:

Carteira C4

Créditos para capital de giro, adiantamentos sobre contratos de câmbio, adiantamentos sobre cambiais entregues, debêntures e demais títulos emitidos por empresas privadas, sem garantias ou colaterais e operações de crédito rural sem garantias ou colaterais destinadas a investimentos.

Carteira C5

Operações de crédito pessoal, com ou sem consignação, crédito direto ao consumidor, crédito rural não abrangido pelas hipóteses previstas no inciso IV do caput e crédito no modalidade rotativo sem garantias ou colaterais, créditos sem garantias ou colaterais não abrangidos pelas hipóteses previstas no inciso IV do caput e créditos decorrente de operações mercantis e outras operações com características de concessão de crédito não abrangidos pelas hipóteses previstas nos incisos I a IV do caput.

Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025			
	C4	C5	Total saldo contábil Bruto	% sobre o total
Ativos não problemáticos	136	1.505	1.641	35,4%
Sem atraso	136	1.467	1.603	34,6%
De 1 a 14 dias de atraso	-	24	24	0,5%
De 15 a 90 dias de atraso	-	14	14	0,3%
Ativos problemáticos não inadimplidos	-	522	522	11,4%
Sem atraso	-	49	49	1,1%
De 1 a 30 dias de atraso	-	1	1	0,1%
De 31 a 60 dias de atraso	-	204	204	4,4%
De 61 a 90 dias de atraso	-	268	268	5,8%
Ativos problemáticos inadimplidos	208	2.252	2.460	53,2%
De 91 até 120 dias de atraso	-	91	91	2,0%
De 121 até 150 dias de atraso	-	181	181	3,9%
De 151 até 180 dias de atraso	-	100	100	2,2%
De 181 até 210 dias de atraso	-	334	334	7,2%
De 211 até 240 dias de atraso	187	746	933	20,2%
De 241 até 270 dias de atraso	-	337	337	7,3%
De 271 até 300 dias de atraso	-	170	170	3,7%
De 301 até 330 dias de atraso	-	34	34	0,7%
De 331 até 360 dias de atraso	-	15	15	0,3%
De 361 até 390 dias de atraso	-	2	2	0,1%
De 391 até 420 dias de atraso	-	99	99	2,1%
De 421 até 450 dias de atraso	-	23	23	0,5%
De 451 até 480 dias de atraso	-	18	18	0,4%
De 481 até 510 dias de atraso	21	18	39	0,8%
De 511 até 540 dias de atraso	-	84	84	1,8%
Total geral	344	4.279	4.623	100%

d) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2025		
	C4	C5	Total saldo contábil Bruto
Ativos não problemáticos	136	1.505	1.641
Ativos problemáticos não inadimplidos	-	522	522
Ativos problemáticos inadimplidos	208	2.252	2.460
Total carteira	344	4.279	4.623
Provisão adicional para perdas esperadas	(12)	(271)	(283)
Provisão para perdas incorridas	(127)	(1.478)	(1.605)
Total provisão para perdas	(139)	(1.749)	(1.888)
Total operações de crédito	205	2.530	2.735

Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para operações de crédito foi movimentada pelos seguintes eventos:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	430	11.391
Constituição de provisão	2.078	3.661
Reversão de provisão	(149)	(745)
Créditos baixados/revertidos para prejuízos	(602)	(13.877)
Impacto implementação resolução CMN n° 4.966/21	131	-
Saldo final	1.888	430

6. Ativo intangível

O ativo intangível da instituição é composto pelo registro de seus softwares. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não devem ser amortizados. A Financeira testa a perda de valor desses ativos comparando o seu valor recuperável com o seu valor contábil, de acordo com orientação CPC 04 Item 107.

	Softwares	Total
<u>Custo</u>		
Saldo em 31/12/2023	404	404
Adições	-	-
Saldo em 31/12/2024	404	404
Adições	38	38
Saldo em 31/12/2025	442	442
<u>Depreciação</u>		
Saldo em 31/12/2023	(158)	(158)
Amortização	(81)	(81)
Saldo em 31/12/2024	(239)	(239)
Amortização	(69)	(69)
Saldo em 31/12/2025	(308)	(308)
<u>Valor Residual</u>		
Saldo em 31/12/2023	246	246
Saldo em 31/12/2024	165	165
Saldo em 31/12/2025	134	134

Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Fiscais e previdenciárias

Os valores na data do encerramento do período apresentavam a seguinte configuração:

	31/12/2025	31/12/2024
Pis e Cofins a recolher	10	8
Pis, Cofins, CSLL retido de terceiros	6	8
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	6	7
ISS de terceiros	-	1
Fiscais	22	24
Instituto nacional do seguro social - INSS	10	12
FGTS	3	4
Previdenciárias	13	16
Total	35	40

8. Obrigações sociais e trabalhistas

Os valores na data do encerramento do período apresentavam a seguinte configuração:

	31/12/2025	31/12/2024
Encargos de reconhecimento mensal	66	51
Gratificação a pagar	27	37
Total	93	88

9. Outros passivos

Os valores na data do encerramento do período apresentavam a seguinte configuração:

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	49	111
Outros passivos	181	-
Total	230	111

10. Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818, de 29/05/2020, e do Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1). Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade, conforme demonstrado nos quadros a seguir:

Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Distribuídas nas seguintes partes relacionadas	Balanco patrimonial			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Refrigeração Dufrio Comercio e Importação S.A.	-	6	-	6
Total	-	6	-	6

Distribuídas nas seguintes rubricas	Balanco patrimonial			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Partes relacionadas	-	6	-	6
Total	-	6	-	6

Circulante	-	6	-	6
Não circulante	-	-	-	-

Distribuídas nas seguintes partes relacionadas	Demonstração do Resultado					
	2º Sem 2025		31/12/2025		31/12/2024	
	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas
Refrigeração Dufrio Comercio e Importação S.A.	-	(36)	-	(72)	-	(578)
Total	-	(36)	-	(72)	-	(578)

Distribuídas nas seguintes rubricas	Demonstração do Resultado					
	2º Sem 2025		31/12/2025		31/12/2024	
	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas
Despesas de aluguel (NE 14)	-	(36)	-	(72)	-	(76)
Despesas com pessoal (NE 13)	-	-	-	-	-	(285)
Despesas diretoria Grupo Dufrio (NE 14)	-	-	-	-	-	(217)
Total	-	(36)	-	(72)	-	(578)

Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Remuneração dos administradores e benefícios de pós-emprego

Anualmente, em Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global da remuneração dos membros do conselho de administração e da diretoria do Grupo, visto que não existe remuneração específica para os administradores da Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A., além daquela deliberada na Assembleia do Grupo.

Até 31 de dezembro de 2025, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego e remuneração de administradores. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 os diretores que estão atuando na Financeira receberam um total de R\$ 48 mil a títulos de pró-labore pago efetivamente a diretoria.

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Financeira em 30 de junho de 2025 é de R\$ 30.000 (trinta milhões de reais), divididos em 35.000.000 (trinta e cinco milhões) de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

b) Reservas

- Legal: é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do período (quando houver), limitada a 20% do capital social.
- Lucros (prejuízos) acumulados: composto pelos lucros ou prejuízos acumulados dos períodos anteriores, mais o resultado líquido do período, após as destinações obrigatórios e os dividendos propostos pela administração.

c) Dividendos

Há a previsão de distribuição de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado de cada exercício, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações, porém conforme seu estatuto, esse dividendo não será obrigatório no exercício social em que a administração o julgar incompatível com a situação financeira da Financeira, podendo a Diretoria propor à Assembleia Geral Ordinária que se distribua dividendo inferior ao obrigatório ou nenhum dividendo.

Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Receitas e despesas da intermediação financeira

Apresentamos abaixo a composição das receitas e despesas da intermediação financeira:

a) Receitas com operações de crédito

	2º Sem 2025	31/12/2025	31/12/2024
Rendas de empréstimos	1.223	2.395	1.046
Rendas de direitos creditórios descontados	-	-	128
Rendas de financiamentos	114	367	1.786
Total	1.337	2.762	2.960

b) Receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez

	2º Sem 2025	31/12/2025	31/12/2024
Rendimento de fundo de investimentos	198	380	444
Total	198	380	444

c) Despesas com intermediação financeira

	2º Sem 2025	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos a prazo (RDB, CDB e DPGE)	-	-	(458)
Despesas contribuição ao FGC	-	-	(9)
Total	-	-	(467)

13. Despesas de pessoal

As despesas com pessoal estão compostas da seguinte forma:

	2º Sem 2025	31/12/2025	31/12/2024
Proventos	(158)	(316)	(258)
Encargos sociais e trabalhistas	(81)	(164)	(126)
Gratificações	(54)	(117)	(87)
Benefícios concedidos ao pessoal	(70)	(130)	(69)
Treinamentos	(23)	(60)	-
Férias e 13º salário	(48)	(80)	(42)
Outras despesas com pessoal	-	-	(25)
Ressarcimento de despesas do Grupo Dufrio (nota 10)	-	-	(285)
Total	(434)	(867)	(892)

Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas estão compostas da seguinte forma:

	2º Sem 2025	31/12/2025	31/12/2024
Processamento de dados	(1.110)	(2.304)	(1.729)
Serviços técnicos especializados	(212)	(413)	(597)
Despesas bancárias	(76)	(155)	(312)
Depreciação e amortização	(29)	(71)	(93)
Ressarcimento de despesas de aluguel do Grupo Dufrio (Nota 10)	(36)	(72)	(76)
Outras despesas administrativas	(9)	(37)	(21)
Despesas de honorários (nota 10)	-	-	(217)
Total	(1.472)	(3.052)	(3.045)

15. Despesas tributárias

As despesas tributárias estão compostas da seguinte forma:

	2º Sem 2025	31/12/2025	31/12/2024
COFINS	(61)	(126)	(118)
ISS	-	(15)	-
PIS	(10)	(20)	(19)
Total	(71)	(161)	(137)

16. Outras despesas operacionais

As outras despesas operacionais estão compostas da seguinte forma:

	2º Sem 2025	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo em operações de crédito	(249)	(249)	-
Tarifas e taxas bancárias	(77)	(173)	(57)
Outras despesas operacionais	2	-	(16)
Total	(324)	(422)	(73)

17. Estrutura de gerenciamento de risco

A estrutura de gerenciamento de riscos e de capital da Dufrio CFI possibilita o gerenciamento individualizado de cada risco, como também a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos de acordo com a Resolução CMN Nº 4.557/2017.

A Financeira está enquadrada no Segmento ("S5"), com estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos e compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos da Instituição.

O processo de gerenciamento de riscos é realizado por Políticas que estabelecem as diretrizes a serem observadas, e monitorado através de relatórios apresentados à Diretoria, abrangendo os riscos de crédito, liquidez, operacional e socioambiental.

Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Risco de crédito: define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador do recurso, do garantidor ou do emissor do título; desvalorização e redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros, ou seja, renegociação que conceda vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador, e os custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.
- (b) Risco de liquidez: define-se o risco de liquidez como a possibilidade da Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.
- (c) Risco operacional: define-se o risco operacional como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência dos contratos firmados, e as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais ou indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.
- (d) Risco Social, Ambiental e Climático: O risco social, ambiental e climático está relacionado aos potenciais danos que uma atividade pode causar à sociedade e ao meio ambiente, definidos na Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, nos termos da Resolução CMN Nº 049/2021.
- (e) Gerenciamento de Capital: O gerenciamento de capital é o processo contínuo e prospectivo de planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. Devem ser estabelecidos mecanismos para o monitoramento do capital, bem como, a avaliação frequente da necessidade de capital diante de eventuais riscos a que a Instituição está sujeita.

Em 3 de novembro de 2025, foi publicada a Resolução Conjunta nº 14, que dispõe sobre a metodologia de apuração dos limites mínimos de capital social integralizado e de patrimônio líquido das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Instituição encontra-se em processo de adequação para atendimento aos limites mínimos estabelecidos, dentro dos prazos regulamentares previstos.

O objetivo da gestão de riscos de capital será manter a Instituição alinhada à estratégia de riscos aprovada pelo Diretor Vice-Presidente, visando monitorar e controlar o capital mantido pela Instituição, avaliando a necessidade de capital perante os riscos a que a Instituição está sujeita.

Para o cálculo do requerimento mínimo de capital, apura-se o montante total dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), pela soma das parcelas dos ativos ponderados pelos riscos de crédito, de mercado e operacional.

Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Limite operacional (acordo da Basileia)

Em 31 de dezembro de 2025, a Financeira encontrava-se enquadrada nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor.

A Resolução CMN nº 4.958/2021 instituiu nova forma de apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR). O Índice de Basileia da Financeira em 31 de dezembro de 2025, foi apurado em 65,08%.

A Financeira possui Patrimônio de Referência (PR) acima do mínimo exigido de 17,00% para o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), composto pela exposição aos riscos de mercado, crédito e operacional, conforme Resoluções CMN nº 4.955/ 2021 e nº 4958/2021 e demais normativos complementares. Ainda, possui PR suficiente para suportar também a exposição referente ao risco de mercado das operações da carteira de não-negociação, de acordo com a Resolução BCB nº 48 de 10/12/2020 e demais normativos pertinentes.

19. Implementação da Resolução nº 4.966/2021

A Resolução CMN nº 4.966/2021, estabeleceu os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025.

Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros conforme critérios relativos a modelos de negócios, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problema de crédito.

Impacto no Patrimônio Líquido Resolução CMN nº 4.966/2021

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º de janeiro de 2025 foram estudados pela instituição tendo os seus impactos refletidos a partir da entrada de sua vigência.

A implementação da Resolução CMN nº 4.966/21 resultou em uma redução aproximada de 1,41% no patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais.

Valor ajuste	Patrimônio líquido	% Patrimônio líquido
131	9.293	1,41%

Em decorrência da adoção da metodologia simplificada de perdas esperadas houve uma redução da provisão de aproximadamente R\$ 131 (cento e trinta e um mil reais).

Os ajustes identificados são baseados nas melhores estimativas na data do relatório e os ajustes identificados serão reconhecidos em lucros ou prejuízos acumulados na data da transição, afetando diretamente o patrimônio líquido da Financeira.

Dufrio Financeira - Demonstrações Financeiras

Código do documento 4214b41f-39d3-4124-a941-785897995330



Assinaturas



DAGOBERTO ARTEMIO ZANON:14935295015
Certificado Digital
dagoberto.zanon@dufrio.com.br
Assinou como parte



Rodrigo Hepfner
rodrigo.hepfner@dufrio.com.br
Assinou como parte

Rodrigo Hepfner

Eventos do documento

27 Mar 2026, 10:54:38

Documento 4214b41f-39d3-4124-a941-785897995330 **criado** por CAROLINE M SOARES (71dad566-975e-482d-b0d3-5979ab41caa3). Email:juridico.contratos@dufrio.com.br. - DATE_ATOM: 2026-03-27T10:54:38-03:00

27 Mar 2026, 10:57:04

Assinaturas **iniciadas** por CAROLINE M SOARES (71dad566-975e-482d-b0d3-5979ab41caa3). Email:juridico.contratos@dufrio.com.br. - DATE_ATOM: 2026-03-27T10:57:04-03:00

27 Mar 2026, 11:01:53

RODRIGO HEPFNER **Assinou como parte** (9024f544-d69e-48e9-825c-4380d11fc323) - Email:rodrigo.hepfner@dufrio.com.br - IP: 201.86.235.227 (201.86.235.227.static.adsl.gvt.net.br porta: 24148) - Documento de identificação informado: 011.232.170-41 - DATE_ATOM: 2026-03-27T11:01:53-03:00

27 Mar 2026, 14:12:21

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - DAGOBERTO ARTEMIO ZANON:14935295015 **Assinou como parte** Email: dagoberto.zanon@dufrio.com.br. IP: 186.219.143.85 (p-cgn-slesc.sebratel.psi.br porta: 18320). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC SAFEWEB RFB v5,CN=DAGOBERTO ARTEMIO ZANON:14935295015. - DATE_ATOM: 2026-03-27T14:12:21-03:00

Hash do documento original

(SHA256):5564bc13a44dd103a7916bb4cb15251b6939f841984051316c0499021003349f

(SHA512):938dd378e3985ae407078475153a65f05a81b1d69618631b51df6c8b92b7732238bb4c09bef6b6974a61003836b346c366b1c79b92ecc531a9f5aa1b568b1b20

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.